

Apresentação	pág 10
Prefácio	pág 12
Agradecimentos	pág 20
Introdução	pág 22

Primeira Parte

1. A Lei 9.790/99: histórico e concepção	pág 25
1.1 Objetivos da nova Lei	pág 27
2. Principais diferenças entre a Lei 9.790/99 e outras leis vigentes	pág 29
3. Qualificação como OSCIP	pág 36
3.1 Exigências relativas à natureza jurídica	pág 37
3.2 Exigências relativas aos objetivos sociais	pág 37
3.3 Exigências relativas ao estatuto	pág 38
3.3.1 A remuneração de dirigentes: vantagens e limites	pág 41
4. Documentação e procedimentos para a qualificação como OSCIP	pág 41
4.1 Como solicitar a qualificação como OSCIP	pág 42
5. O que é o Termo de Parceria	pág 43
5.1 Como ter acesso ao Termo de Parceria	pág 44
5.2 O que é o concurso de projetos	pág 44
5.3 O que compõe o Termo de Parceria	pág 45
5.4 Execução do Termo de Parceria	pág 46
5.5 Avaliação dos resultados do Termo de Parceria	pág 47
5.6 Prestação de contas do Termo de Parceria	pág 47

6. Prestação de contas anual da OSCIP	pág 48
7. Comentários sobre a Lei do Voluntariado	pág 49

Segunda Parte

Modelos

Modelo I: Estatuto de OSCIP	pág 52
Modelo II: Requerimento para Qualificação como OSCIP	pág 59
Modelo III: Termo de Parceria	pág 60
Modelo IV: Termo de Adesão ao Serviço Voluntário	pág 68

Anexo 1

Orientações às OSCIPs para Elaboração do Regulamento de Aquisições de Bens e Contratações de Obras e Serviços	pág 69
Lista de Conferência dos Requisitos para Qualificação como OSCIP	pág 73

Anexo 2

Lista de Endereços e de Sites	pág 79
Fontes para Pesquisa	pág 80
Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária	pág 82

Textos Legais

Lei 9.790, de 23 de março de 1999	pág 84
Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999	pág 92
Portaria 361, de 27 de julho de 1999	pág 102
Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998	pág 103
Medida Provisória 1.965/2000	pág 104